

COLEÇÃO AGENDA BRASILEIRA

MOCAMBOS E QUILOMBOS

UMA HISTÓRIA DO CAMPESINATO
NEGRO NO BRASIL

Flávio dos Santos Gomes

claroenigma

UMA EDITORA DO GRUPO COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2015 by Flávio dos Santos Gomes

*Grafia atualizada segundo o Acordo
Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

FOTO DE CAPA

Quilombola do Maranhão, 1996

© Carles Solís

Todos os esforços foram realizados
para identificar o fotografado. Como
isso não foi possível, teremos prazer
em creditá-lo, caso se manifeste.

PREPARAÇÃO

Silvia Massimini Felix

ÍNDICE REMISSIVO

Luciano Marchiori

REVISÃO

Viviane T. Mendes

Marise Leal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gomes, Flávio dos Santos
Mocambos e quilombos : uma história do campesinato negro
no Brasil / Flávio dos Santos Gomes. – 1ª ed. – São Paulo :
Claro Enigma, 2015. – (Coleção Agenda brasileira)

ISBN 978-85-8166-123-0

1. Brasil – História 2. Escravos – Brasil 3. Mocambos – Brasil
– História 4. Quilombos – Brasil – História I. Título. II. Série.

15-06558

CDD-305.896081

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Negros : Sociologia : História 305.896081

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA CLARO ENIGMA

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 71

0432-002 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3707-3531

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

SUMÁRIO

Um fenômeno hemisférico	8
Formação	12
Organização	19
Ataque e defesa	34
Família, mulheres e culturas	39
Aquilombados, negociações e conflitos	48
Misturas étnicas	58
Nas fronteiras com as Guianas	63
Formas camponesas coloniais e pós-coloniais	73
Em torno de Palmares	78
Outros quilombos coloniais	94
Histórias de quilombolas e mocambeiros	106
Remanescentes e simbologias dos vários quilombos no Brasil	120
BIBLIOGRAFIA	133
ANEXOS	144
SOBRE O AUTOR	223
ÍNDICE REMISSIVO	227
CRÉDITOS DAS IMAGENS	237

MOCAMBOS E QUILOMBOS

UMA HISTÓRIA DO CAMPESINATO
NEGRO NO BRASIL

Hoje, espalhadas por todo o Brasil, vemos surgir comunidades negras rurais (algumas já em áreas urbanas e suburbanas de grandes cidades) e remanescentes de quilombos. Elas são a continuidade de um processo mais longo da história da escravidão e das primeiras décadas da pós-emancipação, época em que inúmeras comunidades de fugitivos da escravidão (e também índios e desertores militares), e depois aquelas com a migração dos libertos, se formaram. Não se trata de um passado imóvel, como aquilo que sobrou (posto nunca transformado) de um passado remoto. As comunidades de fugitivos da escravidão produziram histórias complexas de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial próprias baseadas no parentesco e no uso e manejo coletivo da terra. O desenvolvimento das comunidades negras contemporâneas é bastante complexo, com seus processos de identidade e luta por cidadania. A história dos quilombos — e seus desdobramentos — do passado e do presente é o tema deste livro.

UM FENÔMENO HEMISFÉRICO

Entre os séculos XVI a XIX, nas Américas — desde o norte, quase chegando ao atual Canadá, até as regiões meridionais da Argentina e do Uruguai —, foram formadas sociedades coloniais em que predominou o trabalho compulsório, com indígenas e principalmente africanos. De diversos lugares, chegaram — através do tráfico atlântico — milhões de homens e mulheres, muitos já escravizados na própria África. Eram provenientes tanto de microssociedades com chefias descentralizadas da Alta Guiné e da Senegâmbia como de impérios e reinos do Daomé, Oyo, Ndongo, Ketu, Matamba e outros; ou de cidades como Uidá e Luanda, nas áreas ocidentais e centrais africanas, entre savanas e florestas.

De origens múltiplas, todos eles foram transformados — na visão dos europeus — em *africanos*, como se houvesse homogeneidade para inúmeros povos, línguas, culturas e religiões. Entre os escravizados havia reis, príncipes, rainhas, guerreiros, princesas, sacerdotes, artistas e um sem-número de agricultores, mercadores urbanos, conhecedores da metalurgia e do pastoreio. Ao atravessar o Atlântico, entraram em contato com um ambiente de trabalho intenso, de exploração e de produção de riquezas. O sistema colonial nas Américas se nutria cada vez mais de mão de obra escrava, para trabalhar na terra e na agricultura voltada para o mercado mundial.

Os primeiros africanos nas Américas foram pioneiros, adaptando linguagens, moradias, alimentação, idiomas e culturas. Ergueram fazendas e engenhos; plantaram cana-de-açúcar, café, milho, arroz, mandioca e algodão. Retiraram ouro e prata de montanhas ou rios, além de ajudarem a desenvolver diversas cidades e seus arrabaldes. Foram lavradores, mineradores e pastores. Trabalharam demais, receberam castigos e maus-tratos sem cessar, e conheceram índices de mortalidade altíssimos.

Mas o mar de dor da exploração a que foram submetidos fez também encontro com os oceanos culturais — entre arranjos familiares, crenças religiosas e cosmologias — em margens sem fins que eles forjaram.

As sociedades escravistas conheceram várias formas de protesto. Insurreições, rebeliões, assassinatos, fugas e morosidade na execução das tarefas se misturavam com a intolerância dos senhores e a brutalidade dos feitores. Chicotadas, açoites, troncos e prisões eram rotineiros. Assim como as notícias sobre fugitivos. Talvez fugir tenha sido a forma mais comum de protesto. Mas quando? Onde se esconder? Para onde ir? Como arrumar proteção? São bem conhecidas as ações de fazendeiros e autoridades — através de capitães do mato e, em algumas regiões do Caribe, fazendo uso até de cachorros — para perseguir fugitivos. Nas cidades, os obstáculos eram grandes. Com tantos africanos e crioulos, entre becos e vielas — carregadores de cargas, quitadeiras e outros tantos trabalhadores urbanos —, não era fácil identificar um fugido. Eram ao mesmo tempo presentes e invisíveis. Nas áreas rurais, as dificuldades mudavam de lugar, ficando o fugitivo entre uma vida movediça e sempre improvisada; andando sozinho ou em dupla pelas matas, tentando fazer alianças para obter proteção junto a pequenos lavradores ou escravos nas plantações e nas fazendas que visitavam à noite.

Outras experiências tiveram aqueles que escaparam (muitas vezes coletivamente) e formaram comunidades, procurando se estabelecer com base econômica e estrutura social própria. Nas Américas se desenvolveram pequenas, médias, grandes, improvisadas, solidificadas, temporárias ou permanentes comunidades de fugitivos que receberam diversos nomes, como *cumbes* na Venezuela ou *palenques* na Colômbia. Na Jamaica, no restante do Caribe inglês e no sul dos Estados Unidos foram denominados *maroons*. Na Guiana holandesa — depois Suriname — ficaram também conhecidos como *bush negroes*. No Caribe francês o fenômeno era conhecido

como *maronage*; enquanto em partes do Caribe espanhol — principalmente Cuba e Porto Rico — se chamava *cimaronaje*.

Muitos estudiosos classificaram as fugas escravas nas Américas de *grand marronage*, que seriam as comunidades de fugitivos estáveis e mais duradouras, e a *petit marronage*, de grupos pequenos, formados de escapadas temporárias daqueles que retornavam à condição de cativos. Desde os primórdios da ocupação e da utilização de escravos há registros da *grand marronage*, com destaque para alguns de seus líderes, que amedrontavam as autoridades coloniais. No século XVI, temos no Panamá o africano chamado Bayano, enquanto na Venezuela coube a liderança a um escravo crioulo chamado de rei Miguel. No início do século XVII, em Vera Cruz, no México, os *cimarrones* eram comandados por Nyanga, enquanto anos antes, na Colômbia, um grande *palenque* foi chefiado por Benkos Biaho. Na Jamaica, durante a disputa entre espanhóis e ingleses, os *maroons* chefiados por Juan de Bolas tinham uma movimentação intensa. Já na ilha de Saint-Domingue, em meados do século XVIII, a *maronage* floresceu com o líder Makandal.*

No Brasil, desde as primeiras décadas da colonização, tais comunidades ficaram conhecidas primeiramente com a denominação *mocambos* e depois *quilombos*. Eram termos da África Central usados para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados. No século XVII, a palavra quilombo também era associada aos guerreiros imbangalas (jagas) e seus rituais de iniciação. Já mocambo, ou *mukambu* tanto em kimbundu como em kikongo (línguas de várias partes da África Central), significava pau de feira, tipo de suportes com forquilhas utilizados para erguer choupanas nos acampamentos. Vários estudiosos — entre os quais Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Edison Carneiro, Gilberto Freyre, Décio Freitas e depois Kabengele Munanga — abordaram a etimologia da palavra quilombo e seu uso

* Ver: Price, 1979.

no Brasil. Mas sabemos pouco sobre como os fugitivos se auto-denominavam e menos ainda por que os termos africanos *mocambos/quilombos* se difundiram no Brasil, diferente de outras áreas colonizadas por espanhóis, franceses, holandeses e ingleses que também receberam africanos centrais e tiveram comunidades de fugitivos. Uma explicação seria a disseminação dessas terminologias a partir da administração portuguesa. A palavra seria utilizada para caracterizar tanto as estratégias militares — acampamentos — na África pré-colonial como aquelas da resistência à escravidão na América portuguesa. Muitas autoridades coloniais tinham ocupado postos na Ásia e também na África, havendo uma circulação de agentes administrativos em várias partes do Império português. Podiam estar falando de coisas diferentes — acampamentos de guerra/prisioneiros na África Central ou comunidades de fugitivos no Brasil —, mas nomeando-as de forma semelhante. Pode ter havido uma tradução dos termos africanos na linguagem e na documentação da administração colonial. Além disso, muitos militares que serviram na África tiveram experiência contra invasores holandeses, expedições antimocambos e apresamentos de índios. De qualquer modo, o termo *quilombo* só aparece na documentação colonial no final do século XVII. Em geral, a terminologia usada antes era mesmo *mocambo*. O historiador Stuart Schwartz chamou a atenção para o fato de que ao longo do século XVIII — na documentação colonial — as comunidades de fugitivos foram denominadas ao mesmo tempo de *mocambos*, principalmente na Bahia, e de *quilombos* em Minas Gerais; e o termo *quilombo* apareceu em Pernambuco somente a partir de 1681. Assim, *mocambos* (estruturas para erguer casas) teriam se transformado em *quilombos* (acampamentos), e tais expressões africanas ganharam traduções atlânticas entre o Brasil e a África desde o século XVI.*

* Schwartz, 1987.

Os quilombos e mocambos se formavam quase sempre a partir dos escravos fugitivos. Dos canaviais e engenhos do Nordeste surgem as primeiras notícias de fugas de escravos e a constituição deles em comunidades. Data de 1575 o primeiro registro de um mocambo, formado na Bahia.* A necessidade de mão de obra ficava ainda mais dramática com o aumento continuado das fugas. Ainda em fins do século XVI, o rei de Portugal argumentava que os colonos estavam ficando pobres, pois não conseguiam impedir as sucessivas escapadas de seus cativos. Em resposta, as autoridades coloniais garantiam que havia, de fato, obstáculos — considerados inimigos — da colonização, sendo o principal deles os “negros de Guiné” (como eram chamados em geral os africanos escravizados), fugitivos que viviam em algumas serras e faziam assaltos às fazendas e engenhos.**

Havia tantos mocambos e quilombos, e por toda parte — atraindo cada vez mais fugitivos —, que as autoridades coloniais os chamavam de “contagioso mal”. Lavradores enviavam petições, reclamando não suportarem tantas deserções. E havia quem alegasse que tratava bem seus escravos — com sustento, vestuário, assistência nas enfermidades e castigos com moderação —, mas de nada adiantava, pois os quilombos/mocambos continuavam a atraí-los. Contudo, nem toda fuga gerava um quilombo e nem todo fugitivo planejava ir em direção àqueles já existentes. Fugir era uma ação muitas vezes planejada, não significando um simples ato de desespero diante de castigos. Havia ocasiões consideradas propícias e muitas escapadas coletivas foram antecedidas de levantes ou motins. Em 1585, há indicações de que os fugidos que estabeleceram um mocambo tinham participado antes de uma revolta no recôncavo da Bahia.*** Estudos

* Goulart, 1972 e Moura, 1972 e 1981.

** Alencastro, 2000.

*** Metcal, 1999 e 2010.

mais recentes sugeriram que o aumento das fugas de escravos indígenas e africanos no Nordeste foi ocasionado também pelos movimentos milenaristas — Santidades — nas últimas décadas do século XVI. Períodos de conflitos coloniais foram também determinantes para o aumento das fugas — principalmente as coletivas — e o crescimento dos quilombos. Em Pernambuco, a invasão holandesa e as batalhas coloniais decorrentes provocaram caos e deserções em vários engenhos. No século imperial, no período da Regência — com revoltas rurais em Pernambuco e Alagoas (Cabanada), no Maranhão (Balaiada), no Rio Grande (Farroupilha) e no Grão-Pará (Cabanagem) —, houve o recrudescimento das deserções.* Os escravos percebiam que os senhores estavam divididos e as tropas, desmobilizadas para a repressão; portanto, havia maior possibilidade de sucesso para suas escapadas. De norte a sul, conflitos de fronteiras também facilitaram e muitos quilombos de determinadas regiões — países — foram estabelecidos por fugitivos de outras áreas. Assim foi nas fronteiras da Argentina e mais ainda do Uruguai, com muitos escravos escapando durante a guerra Cisplatina. Na época da independência (1822-3) e mais ainda durante a guerra do Paraguai (1864-70) houve aumento das deserções, inclusive de escravos que tentavam se passar por livres e se alistar nas tropas, aliás recheadas de libertos e de homens negros e mestiços livres. No Mato Grosso, perto do teatro de guerra há registros de quilombos formados por desertores militares.**

Houve mesmo muitos quilombos originados de insurreições. Se a revolta já atemorizava fazendeiros e autoridades — ainda mais nas áreas urbanas —, a possibilidade de uma rebelião virar um quilombo ou, pior, um quilombo se trans-

* Clóvis Moura foi pioneiro ao chamar a atenção para as conexões (recrudescimento) entre algumas revoltas camponesas no período regencial (Cabanagem, Balaiada e Cabanada) com a proliferação e movimentação dos quilombolas, principalmente em Pernambuco, Alagoas, Piauí, Maranhão e Pará.

** Documentação do Arquivo Público do Estado do Mato Grosso (APEMT) coligida por Volpato, 1996, 228-31.

formar num deliberado ataque às vilas, fazendas e cidades era amedrontadora. Em fins do século XVII, as autoridades baianas ficaram apavoradas com um levante com mais de cem escravos e a comunicação que eles estabeleceram com os quilombos em Camamu.* Em Minas Gerais, em 1756, temia-se que escravos e quilombolas se articularassem para uma insurreição. Em 1771, no Grão-Pará, houve notícia de um plano geral de revolta escravava, no qual se aguardava auxílio dos quilombolas situados nos rios que banhavam a cidade de Belém. Em fins de 1795, em Macapá, temia-se que os quilombolas se aproximassem da cidade para fazer tumultos na noite de Natal.** Em São Paulo, rumores de revoltas se misturaram com notícias sobre quilombos — tanto em 1809 como em 1820 —, pois supostamente uma insurreição eclodiria e os quilombolas ajudariam a invadir a vila de Itu. Em Salvador, a coisa ficou mais séria com as alianças entre quilombolas e cativos rebelados. Em 1808, organizava-se um quilombo no rio da Prata, próximo à vila de Nazaré das Farinhas, formado por africanos haúsas refugiados das áreas urbanas e outros de engenhos do Recôncavo. No ano seguinte, cerca de trezentos quilombolas tentaram atacar a vila, mas foram combatidos, havendo mortes e a captura de pelo menos 95 deles. Em 1814 foi descoberto um plano de levante no qual os africanos — com destaque para aqueles que trabalhavam ao ganho na cidade — se articulavam com os quilombolas dos subúrbios. Anos depois quase eclodiria uma insurreição urbana a partir de um quilombo. Em 1826, descobriu-se uma conexão de habitantes do quilombo do Urubu — nas vizinhanças de Salvador — com os escravos urbanos.*** Na província do Espírito Santo, em 1827, na comarca de São Mateus, temeu-se que os quilombolas invadissem as fazendas e mobilizassem os escravos para uma grande revolta. No século

* Schwartz, 1979, 1987 e 2001 e Pedreira, 1962 e 1979.

** Documentos depositados na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, Códice I-29, 27,5 números 1 a 10.

*** Reis, 1983 e 2003.

XIX mais revoltas tiveram como desdobramento fugas coletivas e quilombos. Uma na vila de São Carlos, em São Paulo, em 1832, quando cativos de várias fazendas planejaram uma revolta e um dos objetivos era de se reunirem num quilombo. A conspiração foi abortada.* A outra foi em Vassouras, no Rio de Janeiro, no coração da economia cafeeira, onde mais de quinhentos escravos de duas fazendas do comendador Manoel Francisco Xavier, em 1838, se sublevaram, mataram feitores, arrombaram paióis e reuniram mantimentos fugindo em direção à floresta para erguer um grande quilombo. Perseguidos impiedosamente, quase todos foram capturados em menos de uma semana.** Em 1864, entre rumores da guerra civil norte-americana que alcançavam os escravos no Brasil, na região de Serro em Minas Gerais temia-se que houvesse contatos dos escravos com os quilombolas da região. Já em 1867, ainda na atmosfera e repercussões da Guerra do Paraguai, os quilombolas do Maranhão abandonaram seus mocambos e atacaram fazendas na comarca de Viana, realizando saques. Chegaram a escrever um manifesto contra o governo da província.***

Os prejuízos para os donos dos escravos que se refugiavam nos mocambos não eram poucos devido à frequência e ao volume de suas escapadas, e também aos longos períodos de ausência. Comprar escravos, investir recursos e se endividar, precisar deles para as lavouras e acabar os vendo escaparem à luz do dia certamente desesperou muitos fazendeiros. Para o escravo, o sucesso da escapada dependia de vários fatores: ocasião oportuna, apoio de acoitadores eventuais e solidariedade de outros escravos, além de estratégias para permanecer oculto o maior tempo possível. São vários os registros de pequenos grupos de foragidos que atravessavam regiões, migrando permanen-

* A revolta de 1832 (SP) aparece analisada em Queiroz, 1987.

** A revolta quilombola de 1838 em Vassouras encontra-se analisada em Gomes, 2006, 144-247.

*** Documentação do Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEMA) coligida por Araújo, 1994.

temente, procurando abrigos e sobrevivendo. Grupos maiores tinham mais sucesso em constituir moradias e base agrícola. A expectativa inicial de se ocultar se juntava com a ideia de se estabelecer em locais protegidos diante da repressão de capitães do mato. Mas tais comunidades nunca foram totalmente fixas; pelo contrário, a mobilidade foi fundamental. A natureza (fauna e flora) era aliada dos quilombolas, pois áreas de planaltos, montanhas, pântanos, manguezais, planícies, cavernas, morros, serras, florestas, rios etc. eram transformadas em refúgios.

O surgimento de um quilombo atraía a repressão, assim como mais fugas para ele. Isso era o que talvez mais causasse preocupação aos fazendeiros. Cativos desertores diminuía a força de trabalho disponível; além disso, quilombos na vizinhança funcionavam como polo de atração para mais e novas escapadas. Notícias sobre quilombos se espalhavam em várias regiões. Há mesmo registros de africanos escravizados recém-desembarcados do tráfico atlântico, que acabavam logo fugindo para eles. Quilombos eram sinônimos de transgressão à ordem escravista. Também não era incomum que habitantes de quilombos de recente formação se agrupassem para atacar fazendas e engenhos, arregimentando mais escravos. Em Pernambuco, no final do século XVII, dizia-se que os quilombos multiplicavam o número de habitantes, pois muitos escapavam “levados do amor da liberdade”, outros por temer o castigo de seus senhores, além das expedições feitas pelos quilombolas mais antigos, que tanto induziam aqueles que estavam nas senzalas a escapar como realizavam sequestros para aumentar a população dos mocambos.

Bem menos conhecidos — embora existam remanescentes atuais em Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre, Recife, São Luís e Rio de Janeiro —, os quilombos suburbanos se proliferaram. Unidades móveis que se formaram no Brasil oitocentista, principalmente nas grandes cidades escravistas do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, eram espaços de esconderijo para os milhares dos fugidos noticiados na imprensa

diariamente. Em 1814, falava-se no Rio de Janeiro de quilombos na Tijuca, região marcada nos mapas coloniais com a designação “serra dos pretos forros”. Os subúrbios de Inhaúma, Irajá e Jacarepaguá, e principalmente a região da Lagoa (mais tarde denominada Lagoa Rodrigo de Freitas, nome de um antigo grande proprietário local), eram conhecidos redutos de pequenos, móveis e inúmeros ajuntamentos quilombolas entre as artérias da corte do Rio de Janeiro. Com a proximidade urbana, negociavam os produtos de suas roças e frutas silvestres com taberneiros, viajantes e escravos ao ganho. Já no Rio Grande, nas circunvizinhanças de Porto Alegre, na década de 1830, os quilombolas do Negro Lucas, na ilha dos Marinheiros, foram acusados de pequenos roubos, venda de produtos e prestação de serviços para lavradores locais. Em 1879 as denúncias partiram do centro da cidade, com os jornais noticiando sobre quilombolas que rondavam as ruas Direita, da Igreja e do Arvoredo. No Pará, na cidade de Belém, faziam o mesmo vagando pelos bairros da Campina, Umarizal, Utinga e Pedreira. Os quilombos suburbanos de Salvador — na Bahia — foram os mais famosos desde o século XVIII, comunicando-se com escravos que trabalhavam ao ganho. Com semelhantes conexões, especialmente envolvendo quitadeiras, foram denunciados os ajuntamentos de fugitivos que se formaram nos arrabaldes da cidade de São Paulo, alcançando as áreas do Bexiga e de Santana. Já nos subúrbios de Recife, tal movimentação teve nome e líder, com o quilombo do Catucá comandado por Malunguinho, como era chamado seu temido chefe. Em São Luís, no Maranhão, os ajuntamentos suburbanos se concentravam na área do Bacanga, entre os quais o *quilombo da Sumaumeira*, que contou com o apoio de abolicionistas no final do século XIX.*

Mais interessada em analisar os grandes e populosos quilombos, a historiografia da escravidão no Brasil deu pouca

* Ver: Farias, Gomes, Soares e Araújo, 2006.

atenção aos pequenos quilombos que se incrustavam nos morros e encostas das cidades escravistas. Eles surgiam e desapareciam aos olhos das autoridades, dos senhores que reclamavam do sumiço de seus escravos, da imprensa que denunciava ou mesmo de viajantes que aqui passavam e bem sabiam disso tudo. Talvez pela invisibilidade, mobilidade, escassas informações e fontes mais sistemáticas, ou por sua suposta incapacidade de destruir ou resistir ao sistema escravista, são poucas as abordagens sobre os quilombos nas ambiências urbanas. Em relação a Vila Rica, Donald Ramos sugeriu que tais quilombos em áreas urbanas se transformaram em “válvula de escape” para o sistema, já que não o ameaçava, e revoltas escravas de grandes proporções não surgiam.* Mas é possível abordar o fenômeno dos quilombos urbanos e suburbanos a partir também da cultura urbana com os *batuques*, ajuntamentos, calundus e fugas intermitentes. Uma evidência aparece na terminologia “casa de quilombo” utilizada nas cidades — principalmente Salvador e Rio de Janeiro — para designar a repressão de pequenos grupos de fugitivos na cidade e articulados com práticas de batuques, capoeiras e outras formas de “ajuntamentos” de escravos, libertos, africanos e crioulos, muitos dos quais não necessariamente fugidos.** Isso está bem próximo das argumentações que João Reis fez em torno de um episódio de invasão de um quilombo nos arredores de Salvador, em Itapõa, em 1826.*** Ali se encontravam objetos de cultos e rituais. Assim como em Salvador e Recife — e também pesquisas que surgem em relação a Porto Alegre —, no Rio de Janeiro “casas de quilombos”, batuques e ajuntamentos reuniam escravos, africanos, fugitivos, libertos em finais de semana, em datas de um calendário afro-brasileiro em construção ou em momentos episódicos.

* Ramos, 1986: 419-51.

** Farias, Soares & Gomes, 2005, capítulos 1 e 2.

*** Reis, 1995-96: 14-40.